

GEOPOLÍTICA NO PACÍFICO SUDOESTE E OS CONFLITOS RECENTES NAS ILHAS SALOMÃO

Cristhiane da Silva RAMOS¹

John HANDMER²

Resumo

Este artigo aborda os recentes conflitos étnicos nas Ilhas Salomão e suas dimensões geopolíticas. Localizadas no chamado "arco da instabilidade", uma região que inclui Timor Leste e outros Estados insulares ao longo da costa nordeste da Austrália, as Ilhas Salomão compreendem um arquipélago onde misturam-se diversos grupos que por séculos viveram em relativo isolamento. O país obteve a independência do Império Britânico em 1978. Crescentes conflitos étnicos explodiram em violência no final dos anos noventa na ilha de Guadalcanal, incluindo a capital Honiara, e deixaram o país à beira da guerra civil. Diante da apatia das Nações Unidas, e de tentativas infrutíferas de buscar uma solução negociada para a crise, uma força internacional liderada pela Austrália foi enviada em 2003 com o objetivo de restaurar o governo legítimo, a lei e a ordem. Aqui busca-se compreender não somente as razões que levaram o país à crise, mas também a reação da comunidade internacional, e particularmente da Austrália, frente aos acontecimentos.

Palavras-chave: Ilhas Salomão; Austrália; Melanésia; Pacífico Sudoeste; Nações Unidas.

Abstract

Geopolitics in the South-West Pacific and the recent conflicts in Solomon Islands

This paper focuses on the recent ethnic conflicts on the Solomon Islands and their geopolitical dimensions. Located on the so called "arc of instability", a region that includes East Timor and other island states along Australia's north-east coast; the Solomon Islands consists of an archipelago where several different groups lived in relative isolation for centuries. The country gained independence from Britain in 1978. Friction between different ethnic and cultural groups within the country exploded in violence in the late nineties on the island of Guadalcanal including the country's capital, Honiara, and nearly led to civil war. After the United Nations declined to intervene, there were unsuccessful attempts to resolve the crisis by negotiations. An international force, led by Australia, was sent to the country in 2003 intending to restore law and order and the legitimate government. We aim to understand not only the reasons for the crisis, but the international community's response to it as well.

Key words: Solomon Islands; Australia; Melanesia; South-West Pacific; United Nations.

¹ School of Mathematical and Geospatial Sciences - RMIT University - Melbourne - Austrália - cristhiane.ramos@rmit.edu.au

² School of Mathematical and Geospatial Sciences - Centre for Risk and Community Safety - RMIT University - Melbourne - Austrália - john.handmer@rmit.edu.au

INTRODUÇÃO

As Ilhas Salomão constituem um país recentemente abalado por tensões étnicas que quase levaram o país à guerra civil. A compreensão dos problemas das Ilhas Salomão não é tarefa fácil, pois suas raízes encontram-se profundamente fincadas na cultura do país. As Ilhas Salomão localizam-se no sudoeste do Oceano Pacífico, em uma região conhecida como Melanésia. A Melanésia compreende centenas de pequenas ilhas assim como uma grande ilha dividida entre Papua Nova Guiné e Papua Ocidental, uma província da Indonésia. A sociedade Melanésia é dividida em clãs e é considerada uma das mais ricas do planeta em termos de diversidade lingüística. Na Melanésia, a língua define não somente a identidade cultural, mas também laços familiares.

Este artigo inicia-se com uma breve caracterização da área, enfatizando aspectos físicos, culturais e sociais. A história do país também é brevemente descrita com o objetivo de auxiliar a compreensão da crise que deixou o país à beira do colapso no final dos anos noventa.

Adicionalmente, este artigo analisa os eventos geopolíticos que determinaram diferentes reações de potências regionais e organizações internacionais frente aos acontecimentos. Finalizando, o artigo expõe os resultados da recente "intervenção cooperativa" liderada pela Austrália nas Ilhas Salomão.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

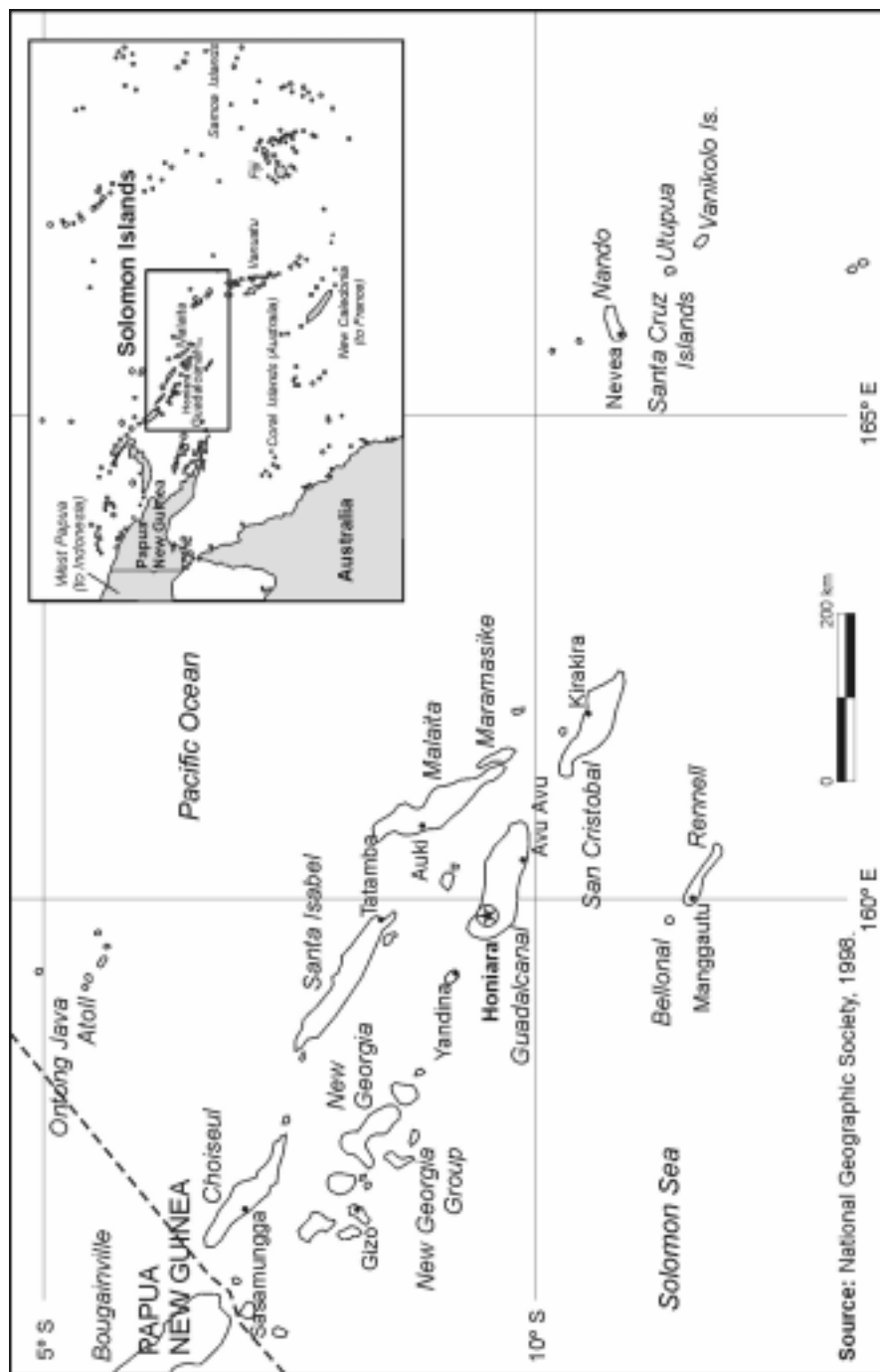
Os Estados insulares do Pacífico Sul são subdivididos em três regiões: Melanésia, Polinésia e Micronésia. A palavra "melanésia" é derivada do grego *melas* (preto) e *nesoi* (ilha) numa referência ao solo negro das ilhas, de origem vulcânica. A região compreende uma grande ilha dividida entre Papua Ocidental, uma província Indonésia, e Papua Nova Guiné, o maior país da região tanto em área quanto em população, e numerosas ilhas menores. Outros países na região são Fiji³; Ilhas Salomão e Vanuatu. Nova Caledônia, também parte da Melanésia, não é um país independente, pois ainda encontra-se submetida ao domínio Francês.

As Ilhas Salomão localizam-se no sudoeste do Oceano Pacífico, entre 5° 10' e 12° 45' de latitude sul e entre 155° 55' e 170° 30' de longitude leste. O país constitui um arquipélago que compreende aproximadamente 990 ilhas, atóis e recifes espalhados por uma área de 28.450 km². De forma geral, as ilhas alinham-se no sentido noroeste sudeste. O país possui fronteiras marítimas com Nauru (norte), Kiribati (nordeste); Tuvalu (leste); Fiji (sudeste), Vanuatu (sul), Austrália (sudoeste) e Papua Nova Guiné (oeste). (figura 1)

Choiseul, Nova Georgia, Santa Isabel, Guadalcanal, Malaita and Makira são as maiores ilhas do país. As Ilhas Salomão localizam-se em uma área de contato entre

³ É importante enfatizar considera-se que Fiji esteja na transição, tanto cultural quanto étnica, entre Melanésia e Polinésia.

Figura 1 - Localização das Ilhas Salomão



duas placas tectônicas, a placa do Pacífico e a placa Australiana. Devido à localização, terremotos são comuns nas ilhas. Segundo o US Geological Survey⁴, 39 terremotos de magnitude 7 ou superior foram registrados no país desde 1900, todavia tremores menores podem ocorrer diariamente. As ilhas possuem também vulcões ativos devido à intensa atividade tectônica; são exemplos o vulcão submarino Kavachi e o vulcão Tinakula, localizado nas Ilhas Santa Cruz.

O relevo do país é bastante movimentado, caracterizando-se pela existência de cadeias montanhosas e vales acidentados. Tempestades tropicais e tsunamis são comuns nas ilhas, e algumas partes do país são sujeitas à ocorrência anual de ciclones.

A população do país era de aproximadamente 409.042 habitantes em 1999 (Solomon Islands Census Office, 1999), da qual a maioria era composta por Melanésios (Tabela 1). O único grande centro urbano do país é a capital, Honiara, localizada na ilha de Guadalcanal. De acordo com o censo nacional, 49.107 pessoas viviam em Honiara em 1999. Dentre todas as ilhas do país, Guadalcanal possui a 'melhor' infraestrutura de transporte, todavia, esta poderia ser considerada bastante rudimentar.

Tabela 1 - Estrutura étnica da população das Ilhas Salomão

A população das Ilhas Salomão é majoritariamente jovem de acordo com a

Origem	% da população
Melanésia	93%
Polinésia	4%
Micronésia	1,5%
Européia	0,8%
Chinesa	0,3%
Outras	0,4%

Fonte: CIA, 2004).

United Nations Population Division (2002). Como pode ser verificado na tabela 2, em 2000 mais de 43% da população tinha menos que 15 anos de idade. A idade média da população no período era de 18 anos de idade.

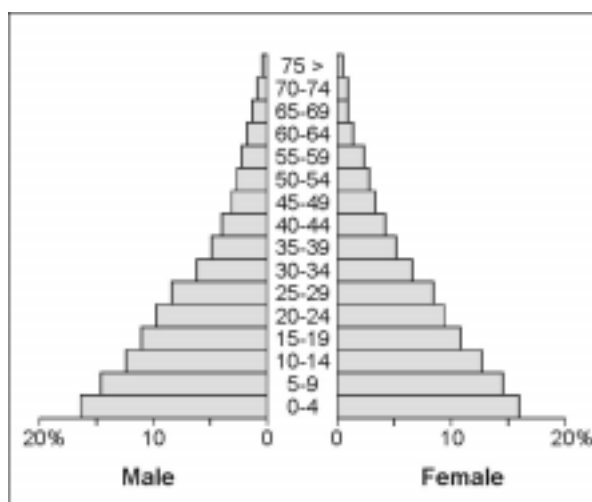
A pirâmide populacional das Ilhas Salomão constitui um típico exemplo de país em desenvolvimento. A base do gráfico é muito maior do que o topo, o que evidencia a predominância de população jovem. O gráfico ilustra não somente a composição etária da população, mas também indica a necessidade de políticas públicas para lidar a população jovem e em rápido crescimento.

De acordo com a World Health Organization (WHO), 96% da população do país está sob o risco de sofrer infecção por malária. A doença constitui importante risco à saúde pública naquele país. De acordo com a WHO haviam 74.865 casos confirmados de malária no país em 2002, dos quais 61 resultaram em óbito (World Health Organization, 2003). Outro importante fator de risco à saúde pública é a alta taxa de mortalidade materna em decorrência de complicações do parto (WHO, Country Profile, 2004). Segundo a United Nations Statistics Division (2005), a taxa de mortalidade materna nas Ilhas Salomão atingiu 130 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2000.

⁴ Neste texto optou-se por utilizar os nomes de instituições, órgãos internacionais e organizações em inglês.

Tabela 2 - Pirâmide etária da população das Ilhas Salomão em 2000

Idade	% da População
0-4	16.2
5-9	14.4
10-14	12.6
15-19	11.0
20-24	9.6
25-29	8.5
30-34	6.2
35-39	5.0
40-44	4.1
45-49	3.2
50-54	2.5
55-59	2.3
60-64	1.6
65-69	1.1
70-74	0.9
75 >	0.7



Fonte: United Nations Population Division, 2002.

Em comparação aos outros países da região, a mesma taxa de mortalidade foi verificada em Samoa and Vanuatu. Papua Nova Guiné, todavia, apresentou número muito mais elevado, com 300 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos. Por outro lado, Nova Caledônia e Polinésia Francesa apresentaram taxa de mortalidade maternal muito menor, com 10 e 20 mortes por 100 mil nascidos vivos respectivamente. Segundo a mesma fonte, no Brasil a taxa de mortalidade materna foi de 260 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2000.

Segundo a WHO, a mortalidade materna é a quarta causa de morte em toda a população feminina nas Ilhas Salomão. As altas taxas de fertilidade, aproximadamente 4,42 filhos por mulher segundo a United Nations Population Division (2002), o intervalo curto entre nascimentos e as altas taxas de anemia na população feminina (23% do total e 30% entre as gestantes) são importantes fatores de risco à saúde feminina no país.

Inglês⁵ e Pidgin são as línguas oficiais do país, no entanto aproximadamente 120 línguas e dialetos são falados nas Ilhas Salomão. De acordo com a cultura local a

⁵ Embora o Inglês seja uma das línguas faladas no país, apenas uma pequena parcela da população pode ser considerada fluente no idioma.

sociedade é dividida em clãs, que são identificados pela língua. A palavra pidgin *wantok* derivada do inglês "one talk" é utilizada para identificar membros do mesmo grupo linguístico, e portanto, membros da mesma família. A cultura das Ilhas Salomão é extremamente complexa, ela varia não somente entre ilhas, mas também entre clãs da mesma ilha, entretanto algumas questões são recorrentes.

A posse da terra é uma delas, porque a terra pertence ao clã. O governo reconhece os direitos tradicionais dos clãs e esta é uma fonte inesgotável de conflitos entre clãs locais e migrantes. Os últimos alegam possuir direitos sobre a terra, pois em muitos casos eles pagaram por ela. Embora alguns membros de clãs negociem parte da terra do clã, e os migrantes tenham documentos para provar a compra, a posse da terra por migrantes é sempre sujeita a contestação, pois ela se opõe a tradições locais. Ao longo da história recente do país, a propriedade da terra tem sido uma constante causa de problemas.

Tuhanuku (2000) esclarece a importância da posse da terra para a cultura melanésia:

According to the fundamental principal of tribal land tenure, which entails collective ownership, land is not a commodity to be sold. The current occupants of tribal land are regarded as custodians of the land that hosts the spirit of the ancestors of the tribe and which must be preserved for the use of future generations. Therefore to sell tribal land would mean selling the spirits of one's ancestors and the birthrights of the future generations of the tribe. (TUHANUKU, 2000, p. 2)

Compensação é outro aspecto importante da cultura melanésia. Qualquer atitude considerada ofensiva demanda compensação imediata, e as somas exigidas a título de indenização podem ser bem altas. Por exemplo, um assassinato pode gerar um pedido de indenização; da mesma forma se alguém acidentalmente andar sobre uma horta, o proprietário desta pode exigir indenização ao caminhante desatento.

Esta foi uma das causas de conflitos entre os colonizadores britânicos e a população local. Embora indenizações existam também na cultura ocidental, o choque cultural entre os melanésios e os europeus causou tensões e muitas vezes os estrangeiros recusaram-se a pagar as indenizações exigidas.

A ECONOMIA DAS ILHAS SALOMÃO

A terra e o mar são os principais recursos do país. A economia das Ilhas Salomão é baseada na agricultura, sendo sua força de trabalho dividida entre 75% trabalhando na agricultura, 5% na indústria e comércio e 20% em serviços. Entretanto, é importante enfatizar que a maioria da população economicamente ativa trabalha fora da economia formal e vive num sistema de semi-subsistência. Os principais produtos do país, de acordo com o U. S. Department of State (2004) são:

- Agricultura: copra, cacau, óleo de palmeira, mandioca, batata doce, taro, bananas, abacaxi;
- Indústria: peixe enlatado, madeira, barcos, fibra de vidro, bijuterias, tabaco, cerveja, vestuário, sabão, artesanato.

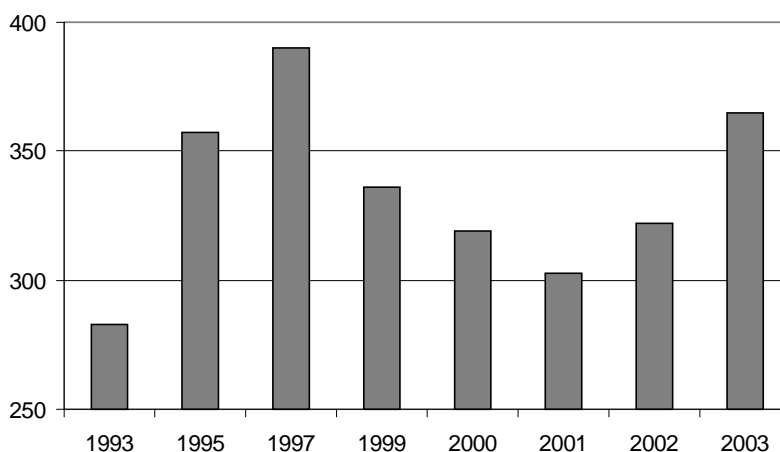
Outras fontes importantes de renda são o turismo internacional, ajuda internacional e a remessa de valores por cidadãos que deixaram o país para familiares que ali ficaram. Números recentes indicam que a Austrália contribuiu com AUD\$ 200 mi-

Ilhões⁶ no ano fiscal 2003-2004 (Howard, 12 Ago. 2003) e mais AUD\$ 165.1 milhões para 2004-2005 (Downer, 11 Maio 2004). A comparação entre as contribuições Australianas e o PIB (Produto Interno Bruto) das Ilhas Salomão demonstra quão importante é esta fonte de renda para a economia do país. É importante salientar, todavia, que parte do dinheiro apresentado em discursos e relatórios como ajuda ao país acaba retornando ao país doador, porque a soma doada inclui salários pagos ao pessoal envolvido nos projetos de ajuda e pagamento a fornecedores, ambos são normalmente provenientes do país doador.

Não é fácil obter estatísticas confiáveis sobre as Ilhas Salomão. De acordo com o U.S. Department of State (2004) o PIB anual do país foi de US\$ 264.5 milhões (2001), o que corresponde a US\$ 605 *per capita*.

No entanto, o Australian Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT) apresenta números distintos (figura 3). De acordo com esta fonte oficial o PIB do país cresceu significativamente entre 1993 e 1997 (37,81%), apresentando uma queda importante no período 1997-2001 (decréscimo de 22,31% no período), depois de 2001 o PIB começou a crescer novamente, entretanto em 2003 o número ainda estava abaixo daquele verificado em 1997. No entanto o próprio DFAT salienta que estes números podem ser incompatíveis quando comparados com outras fontes. Por exemplo, o DFAT verificou um PIB de US\$ 322 milhões em 2003, no mesmo ano o Banco Mundial mediu um PIB de US\$ 239,6 milhões nas Ilhas Salomão.

Figura 3 - PIB anual das Ilhas Salomão (em US\$ milhões)

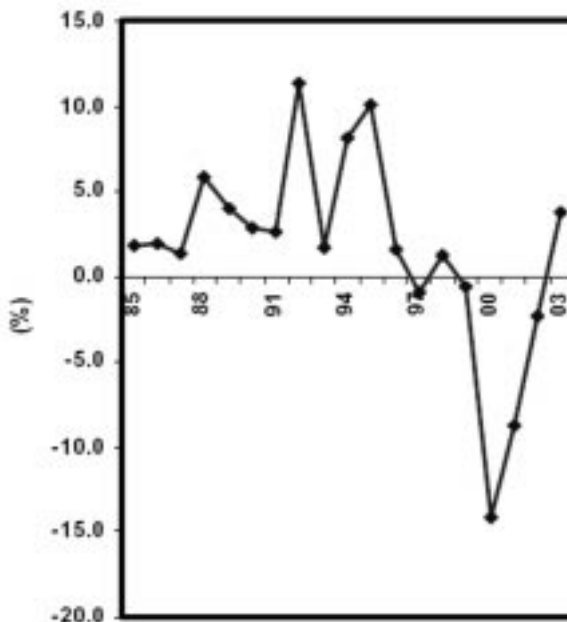


Fonte: Commonwealth of Australia, Department of Foreign Affairs and Trade, 2004.

O crescimento da economia foi negativo no país entre 2000 e 2002. No período a economia encolheu 24% (U.S. Department of State, 2004). A figura 4 apresenta o crescimento do PIB das Ilhas Salomão de acordo com o Central Bank of Solomon Islands (2003).

⁶ Dólares Australianos

Figura 4 - Crescimento do PIB das Ilhas Salomão entre 1985 e 2003 (em percentual)



Fonte: Central Bank of Solomon Islands, 2003, p. 16.

A balança comercial em 2000 resultou em deficit de US\$ 24 milhões (U. S. Department of State, 2004). Entre 1999 e 2000 as exportações caíram 52%. Em 2000 os dividendos das exportações atingiram US\$ 70 milhões. Os principais produtos exportados são peixe, madeira, cacau e cobre. Os principais parceiros comerciais são Japão (39%), Reino Unido (23%) e Estados Unidos (2%). Por outro lado as importações em 2000 atingiram US\$ 94 milhões (uma queda de 11% em relação ao ano anterior, segundo o U. S. Department of State). Os principais produtos importados foram maquinário, equipamento de transporte, combustível, comida e bebidas, os parceiros comerciais foram Austrália (34%), Japão (16%) e Nova Zelândia (9%).

HISTÓRIA

As Ilhas Salomão estão localizadas em uma região estratégica do Pacífico Sul, próximas do sudeste asiático e do nordeste da Austrália, portanto o controle do seu território foi almejado por diversas nações desde o século XVI. O primeiro contato entre a população local e os europeus aconteceu em 1568, quando uma expedição espanhola, liderada pelo navegador Alvaro de Mendaña de Neya chegou a Guadalcanal. Os exploradores espanhóis encontraram ouro aluvial no arquipélago e por este motivo o batizaram como Ilhas Salomão, numa referência às lendárias minas do rei bíbli-

co. No final do século XVI os espanhóis decidiram deixar as ilhas. A distância e a hostilidade da população local consituíram importantes desvantagens para a colonização. Entretanto a herança espanhola permaneceu no nome de algumas ilhas do arquipélago.

Após a retirada espanhola, holandeses, franceses e britânicos tentaram se aproximar da área, porém os habitantes locais sempre se mostraram hostis. No século XIX a Alemanha estabeleceu um protetorado nas ilhas do norte sendo seguida pelos britânicos que estabeleceram em 1893 um protetorado nas ilhas do sul. Em 1899, Grã-Bretanha e Alemanha assinaram um acordo onde os alemães trocavam o domínio das ilhas do norte pelo controle das ilhas Samoa Ocidentais. Desta forma, as Ilhas Salomão se tornaram oficialmente um protetorado e parte do Império Britânico.

Em maio de 1942 os japoneses invadiram as ilhas após atacar Pearl Harbour e a Singapura, durante a Segunda Guerra Mundial. O controle das ilhas era estratégico para os japoneses pois oferecia um importante porto no Pacífico Sul para futuras incursões em ilhas vizinhas, incluindo a Austrália. Em agosto os aliados, liderados pelos Estados Unidos, contra atacaram os japoneses no Pacífico Sul. Guadalcanal foi o primeiro alvo escolhido pela marinha Americana. Os combates foram intensos e terminaram apenas em fevereiro de 1943, com a retirada japonesa.

A capital na época, a cidade de Tulagi, foi completamente destruída. A sociedade melanésia, depois de séculos de relativo isolamento, assistiu subitamente à transformação de sua terra no principal campo de batalha do Pacífico Sul. A guerra, todavia, não causou apenas perdas financeiras. O contato com a cultura ocidental, intensificado durante o período da guerra, surtiu grande impacto na cultura melanésia.

Após a retirada japonesa, as forças americanas ocuparam e expandiram a base militar de Honiara, originalmente uma instalação militar japonesa. Este centro militar se tornou, depois da Guerra, a capital das Ilhas Salomão. O esforço de guerra levou à outras obras em Guadalcanal como a construção de prédios, aeroporto e de estradas que permanecem até os dias atuais como a base da infra-estrutura de transportes do país. As diferenças entre Guadalcanal e as outras ilhas do arquipélago, desprovidas de estruturas similares, foi uma das causas de tensões crescentes no país no período pós-guerra. A tensão entre diferentes grupos do país cresceu ao longo da segunda metade do século XX e quase levou o país à guerra civil na no final dos anos noventa.

Após a guerra, as Ilhas Salomão retornaram ao domínio britânico. Nos anos cinquenta, uma rede de administrações locais foi criada. Uma constituição baseada no sistema Westminster de governo foi promulgada em 1974, estabelecendo o Primeiro Ministro como chefe de governo e mantendo Governador Geral como representante do monarca inglês, o Chefe de Estado. No ano seguinte, 1975, o governo foi transferido para autoridades locais e a independência foi oficialmente proclamada em 7 de julho de 1978.

A independência veio com pouco o que celebrar pois, embora o país fosse independente, o governo teria que superar grandes adversidades, de problemas financeiros à falta de coesão nacional. O país, extremamente pobre, foi sempre dependente de ajuda internacional. A prolongada instabilidade política, o governo insípido e tensões regionais (principalmente com Papua Nova Guiné sobre o controle de Bougainville) mantiveram o país pobre.

AS TENSÕES ÉTNICAS NAS ILHAS SALOMÃO

Segundo Liloqula (2000), durante o período pré-colonial a migração foi bastante reduzida na região. Segundo a tradição melanésia, as pessoas podiam deslocar-se livremente apenas dentro dos limites territoriais do clã a que pertencem. A migração entre diferentes clãs normalmente ocorria por meio de casamento, muitas vezes arranjado entre líderes para resolver disputas. Outra forma de "migração" ocorria quando membros de um clã derrotado eram oferecidos ao clã vencedor a título de compensação.

Com o período colonial e a posterior criação do Estado, a população melanésia foi unificada sob uma mesma bandeira, o que contraria a cultura local, que define o clã como a célula de agregação. O período colonial e o comércio marítimo causaram migração como nunca antes nas ilhas. Depois de viver em relativo isolamento, os habitantes locais começaram a deslocar-se dentro das ilhas, entre as ilhas que compõem o país, e até mesmo para ilhas mais distantes como Samoa, Fiji, Nova Zelândia e Austrália. Entretanto, a migração nem sempre foi consensual, pois os melanésios algumas vezes foram levados em regime de trabalho forçado. Um exemplo foi o uso deste tipo de regime de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar no norte e nordeste da Austrália.

Harvey (2003) descreveu um exemplo de como o crescimento populacional é tratado na sociedade melanésia. Em seu artigo, a jornalista descreveu as mudanças sociais que aconteceram na ilha Tikopia, parte das Ilhas Salomão. Tikopia é uma pequena ilha vulcânica com uma área de 9,7 km² localizada na província de Santa Cruz, no sul do arquipélago próximo a Vanuatu.

Segundo a autora, durante séculos a população foi estabilizada em aproximadamente 1200 habitantes. Este número foi mantido por meio de um controle demográfico bastante rigoroso. Os recursos naturais da ilha, a principal fonte de subsistência, eram bastante limitados e portanto a manutenção do contingente demográfico era uma questão de sobrevivência. O contato com a cultura ocidental causou mudanças lentas nos hábitos locais, o que resultou em crescimento demográfico.

Contradizendo as tradições locais, a constituição das Ilhas Salomão, promulgada em 1974, garantiu a todos os cidadãos liberdade de movimento no território nacional. Na Ilha de Tikopia, a partir do momento em que os habitantes tiveram liberdade para se deslocar para outras ilhas o controle populacional foi deixado em segundo plano.

Como resultado, os movimentos migratórios em direção a Guadalcanal, e principalmente Honiara, ocorridos desde o período da Guerra foram intensificados. A população Gwale (como os guadalcanenses são chamados) desenvolveram crescentes sentimentos xenofóbicos contra os estrangeiros, principalmente contra aqueles provenientes de Malaita, pois eles chegaram em maior número e prosperavam a olhos vistos.

O ÁPICE DA CRISE: A EVACUAÇÃO DE GUADALCANAL

As migrações em massa iniciaram-se nas Ilhas Salomão durante a Segunda Guerra Mundial, quando a população local buscava trabalho com as forças americanas. A crise econômica que sucedeu a guerra causou migração interna, especialmente de habitantes de Malaita em direção a Guadalcanal, em busca de oportunidades de emprego. Os nativos de Malaita, entretanto, eram vistos como estrangeiros em

Guadalcanal e sua presença nas terras pertencentes aos clãs locais iniciou tensões entre ambos os grupos. Após um longo período de hostilidades, o conflito explodiu violentamente em junho de 1999, quando aproximadamente 23 mil pessoas (Liloqula, 2000) tiveram que ser evacuadas rapidamente de Guadalcanal para Malaita, sob a ameaça de grupos armados.

O grupo revolucionário conhecido como *Guadalcanal Revolutionary Army* (GRA) ou *Isatabu Freedom Movement* (IFM), foi formado por aproximadamente 500 a 2000 nativos de Guadalcanal, alguns deles crianças com idades variando entre 12 e 17 anos⁷. Segundo a Amnesty International USA (2004), o grupo não possuía liderança clara e seu principal propósito era o de eliminar qualquer estrangeiro de seu território, particularmente aqueles provenientes de Malaita. O fato de que posições chave no governo do país eram ocupadas por pessoas provenientes de Malaita piorava a situação. Seguindo a tradição melanésia, os revolucionários exigiam indenização pelo custo social de receber, em Guadalcanal, não apenas a capital do país, mas também outras infra-estruturas.

Esta idéia parece um paradoxo para ocidentais porque, de acordo com a lógica ocidental, Guadalcanal seria privilegiada por receber em seu território a capital nacional e a melhor infra-estrutura do país, não o contrário. No entanto, de acordo com o pensamento melanésio a população local deveria ser indenizada por ceder o território e receberem equipamentos públicos, e mesmo a cidade de Honiara, que seriam utilizados por estrangeiros provenientes de outras ilhas e clãs. Os revolucionários alegavam ainda que supostas promessas de indenização feitas no passado jamais teriam sido cumpridas.

Segundo a Amnesty International USA (2004), os rebeldes de Guadalcanal possuíam não apenas armas roubadas da força policial, mas muitas armas artesanais e até mesmo antigos rifles da Segunda Guerra Mundial.

Sobre as razões da insurreição em Guadalcanal, Liloqula (2000, p. 4) destaca:

The sheer number of people moving into their province and the inability of the government to attend to their concerns made them feel that they had to act before losing everything. They saw no other way to get a fair share of the benefits from the exploitation of their resources than to take armed action against those they saw as responsible: the national government and the Malaitans resident in Guadalcanal province.

Muitas pessoas evacuadas possuíam documentos que provavam a compra da terra onde viviam, outras possuíam empreendimentos na cidade de Honiara e arredores. Entretanto nada pareceu relevante aos insurgentes e os civis não tiveram outra opção além da fuga.

É importante destacar que grupos de criminosos aproveitaram-se do vácuo de autoridade durante o período de crise para cometer crimes. A violência relacionada a gangues ocorreu por oportunismo e não possuía qualquer relação com os conflitos políticos e étnicos.

A retirada pacífica dos nativos de Malaita, respondendo aos apelos do Premier da Província de Malaita em 1999, evitou que o conflito se transformasse em guerra civil.

⁷ Segundo a Amnesty International USA (2004) "Children aged 12-17 made up at least a quarter of the IFM fighters manning roadblock visited by Amnesty International east of Honiara in September 1999."

Segundo Wainwright et al (2003), o primeiro ministro Ulufa'lu entrou em contato com autoridades Australianas em 2000 para solicitar ajuda policial para sua proteção pessoal bem como a proteção do governo. Segundo o primeiro ministro, o governo encontrava-se sob ameaça de golpe por parte de grupos revolucionários de Guadalcanal. Entretanto, Segundo os autores, Camberra julgou que "sending a few police would not solve the underlying problem."

Em junho de 2000 o grupo chamado *Malaita Eagle Force* (MEF) contra-atacou e invadiu Honiara. O grupo, supostamente composto prioritariamente por nativos de Malaita que fugiram de Guadalcanal no ano anterior e membros da força policial provenientes de Malaita⁸, inciou um golpe com o Primeiro Ministro Ulufa'alu. O conflito, então, gerou uma escalada de violência que espalhou-se por toda a cidade. É importante salientar que embora conflitos étnicos tenham sido a causa primária do conflito, a situação se deteriorou quando a violência relacionada gangues beligerantes e/ou criminosas sobrepuseram-se a algumas das tensões originais. Entrevistas conduzidas em campo com residentes de Honiara confirmam que este tipo de violência é de difícil solução pois os insurgentes geralmente não formulam exigências, como terra ou empregos, para que se encerre o conflito. Os líderes de gangues regionais aproveitaram-se de tensões éticas pré-existentes para expandir seu poder.

Em junho de 2000 o parlamento, acuado sob a ameaça de guerra aberta por parte da MEF, escolheu um novo Primeiro Ministro, Manasseh Sogavare. Sobre a eleição de Manasseh Sogavare, a International Amnesty USA (2004) afirma que:

In the weeks preceding the coup, Malaitan-dominated Honiara police had already allowed MEF members to move about armed and unhindered. Visiting senior Commonwealth and European Union delegates tried without success to negotiate a quick return to constitutional government [after the coup]. On 30 June 2000, Nori (the MEF spokesperson) publicly threatened "all-out war" if parliament failed to elect a new Prime Minister, and hours later opposition leader Manasseh Sogavare from Choiseul Province was elected to succeed Ulufa'alu

Após a eleição de Sogavare, um acordo de paz entre os grupos beligerantes foi assinado em Townsville, Austrália. O acordo compreendia um cessar-fogo, a presença de um Grupo Internacional de Monitoramento de Paz (o *International Peace Monitoring Team* - IPMT), bem como programas de desarmamento da população e pagamento de indenizações. O IPTM era liderado pela Austrália e incluía civis e quadros do exército Australiano (Commonwealth of Australia, Department of Defence, 2003).

Dentre os propósitos originais do acordo de Townsville, apenas o cessar-fogo atingiu algum êxito, entretanto, quando o acordo terminou (em outubro de 2002) e o IPTM se retirou do país a população ainda estava armada e os pedidos de indenização haviam se transformado em uma indústria crescente.

The IPMT - which included Defence (civilian and ADF⁹) participation - helped oversee an end to the inter-ethnic conflict and withdrew in June 2002. But ethnic conflict has been replaced by a breakdown in law and order. (Commonwealth of Australia, Department of Defence, 2003, p. 21)

⁸ Acredita-se que a polícia tenha desempenhado papel significativo em ambos os grupos rebeldes (tanto de Malaita quanto de Guadalcanal). Sobre o tema, a International Amnesty USA (1994) afirma que o governo Ulufa'alu acreditava que a polícia "facilitated MEF raids on police armouries". Entretanto, a polícia protegeu o governo durante os conflitos de 1999.

⁹ Australian Defence Force.

Sogavare assumiu o governo com um discurso de mudança. A idéia era modificar a imagem de um governo de ações parciais e propor uma coalisão por unidade nacional, visto que rumores separatistas já podiam ser ouvidos em muitas províncias. Infelizmente o alto nível de corrupção na administração Sogavare inviabilizou os planos originais. A economia nacional e a ordem pública continuaram a se deteriorar.

A falta de autoridade nacional permitiu que não apenas gangues criminosas agissem livremente. Nas Ilhas Salomão o Estado não é visto como um provedor de serviços e sim como uma fonte de riqueza. Com o vácuo de poder que seguiu os conflitos, alguns grupos de políticos obtiveram significativos empréstimos junto ao *National Development Bank*. Estes empréstimos nunca foram pagos o que causou a falência do banco.

Em julho de 2003 o Governador Geral das Ilhas Salomão, que já havia sofrido pessoalmente nas mãos dos militantes, pediu oficialmente ajuda internacional para encerrar o conflito entre as milícias armadas. Ao enfrentar a perspectiva de uma força internacional de paz em Guadalcanal os rebeldes propuseram um cessar-fogo. Entretanto a *Regional Assistance Mission to Solomon Islands* (RAMSI), uma força composta por tropas provenientes da Austrália, Nova Zelândia, Fiji e Papua Nova Guiné foi enviada ao país em 2003.

A resposta ao apelo do Governador Geral foi imediata, embora não conduzida pelas Nações Unidas com uma força oficial de paz e sim pelos países vizinhos. Talvez a opção das Nações Unidas não fosse a mais apropriada na situação pois é sabido que a força de paz tem um caráter militar. Na crise das Ilhas Salomão, como explicado anteriormente, foi a ausência de autoridade policial que permitiu o aumento da violência. Neste sentido polícia, e não o exército, era necessária.

Entretanto acredita-se que esta não tenha sido a verdadeira razão da inoperância das Nações Unidas no conflito. Da mesma forma a ajuda dos países vizinhos, que à primeira vista parece ser motivada por razões humanitárias, possui de fato motivações geopolíticas, como exposto na seção posterior.

A "INTERVENÇÃO COOPERATIVA" LIDERADA PELA AUSTRÁLIA NAS ILHAS SALOMÃO

É praticamente impossível analisar as Ilhas Salomão sem considerar outros Estados insulares da região. A expressão "arco da instabilidade" define os Estados insulares localizados ao longo da costa norte e nordeste da Austrália. Estes países são Timor Leste, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Fiji, entre outros. Todos estes países viveram anos recentes de instabilidade política.

A região foi varrida no final do Século XX por uma série de conflitos: a Indonésia enfrentou movimentos separatistas em Ache, Molluca e Papua Ocidental; Fiji sofreu três golpes de estado consecutivos que causaram instabilidade e caos na ordem pública; Papua Nova Guiné enfrentou uma década de conflitos sem uma agenda definida na Ilha de Bougainville, causando a morte de mais de dez mil pessoas; Vanuatu também viveu uma série de movimentos separatistas durante da década de oitenta que parecem ter se apaziguado; e finalmente Nova Caledônia passou por violentos conflitos de independência contra sua metrópole colonial, a França.

Entre todas as crises da região acredita-se que a Timorense seja a mais conhecida ao redor do mundo. Timor Leste foi uma antiga colônia portuguesa. Depois da retirada dos Portugueses, em 1975, Timor Leste foi invadido por forças indonésias. Durante mais de duas décadas o povo timorense teve que viver sob a repressão indonésia. Ao final dos anos noventa, uma longa campanha internacional pela independência de Timor Leste rendeu frutos e um referendo popular foi realizado. O resul-

tado do referendo mostrou que a população timorense decidiu se separar da Indonésia. Após a violenta reação indonésia, tropas internacionais sob a bandeira das Nações Unidas foram enviadas ao local. A ONU literalmente criou o país a partir de cinzas.

A crise timorense obteve ampla cobertura na mídia Australiana e, portanto, a opinião pública do país acompanhou com atenção todo o sofrimento do povo vizinho. A mesma cobertura não foi dada à crise das Ilhas Salomão.

O *Australian Strategic Policy Institute* (ASPI), lançou em 2003 o relatório chamado *Our Failing Neighbour*, onde o conflito das Ilhas Salomão e a abordagem da Austrália são analisados. O documento também propõe um plano para solucionar o problema.

O título do documento deixa claro o ponto de vista Australiano sobre a situação do país vizinho: as Ilhas Salomão tornariam-se em Estado em colapso.

Uma combinação de fatores determina o colapso de um Estado. Rotberg (2003, p. 1) definiu que um Estado entra em colapso porque:

Nation-states fail because they are convulsed by internal violence and can no longer deliver positive political goods to their inhabitants. Their governments lose legitimacy, and the very nature of the particular nation-state itself becomes illegitimate in the eyes and in the hearts of a growing plurality of its citizens

Segundo Rotberg (2002, p.85), Estados em colapso normalmente são "*tense, deeply conflicted, dangerous, and bitterly contested by warring factions*". Muitas vezes, o autor enfatiza, o governo de Estados em colapso têm que lutar contra um ou mais grupos de insurgentes armados. Rotberg (2002) conclui que:

The absolute intensity of violence does not define a failed state. Rather, it is the enduring character of that violence (as in Angola, Burundi, and Sudan), the direction of such violence against the existing government or regime, and the vigorous character of the political or geographical demands for shared power or autonomy that rationalize or justify that violence that identifies the failed state. (Rotberg, 2002, p. 85-86).

As principais características de Estados em colapso, como indicado por Rotberg (2002) são expostas na tabela 3.

Tabela 3 - Características dos Estados em colapso, segundo Rotberg (2002)

Segurança, lei e ordem	A autoridade central fraca (ou inexistente) leva à disseminação de violência criminosa. Grupos criminosos assumem o controle de áreas urbanas. O Estado também se torna criminoso em suas tentativas de controlar a situação. A quebra da ordem pública e o desrespeito à lei se tornam claros. A polícia é paralisada pelos eventos ou por corrupção. O cidadão comum se volta aos líderes criminosos em busca de proteção.
Economia	Diminuição do PIB, diminutas taxas de crescimento econômico e intensa concentração de renda.
Bem-estar social	O Estado em colapso não é capaz ou não está interessado em prover bem-estar a seus cidadãos. Este papel é relegado a líderes criminosos e a outros indivíduos e/ou organizações externas ao governo estabelecido.
Infra-estrutura	Deterioração generalizada da infra-estrutura principal do país.

É importante salientar que o “modelo” de Estado em colapso definido por Rotberg não se aplica completamente ao Pacífico Sul. Nem todos os Estados em crise na região sofreram a ação de grupos armados, conflitos étnicos e violência generalizada. A mais notável exceção ao modelo é Nauru. Nauru foi considerado no passado um dos países mais ricos do mundo, com um PIB *per capita* comparável ao do Kwait. No entanto o país entrou em colapso depois que as reservas de fosfato, a fonte da riqueza do país, se esgotaram. O país foi da extrema riqueza à absoluta pobreza em aproximadamente 15 anos¹⁰.

Da mesma maneira, as Ilhas Salomão também não se encaixam completamente ao modelo de colapso estatal proposto por Rotberg. Neste caso, embora houvesse a falta de autoridade policial durante a crise, a situação não pode ser descrita como sem-lei. O poder judiciário continuou trabalhando durante a crise, embora não houvesse força policial para executar suas determinações. Muitas empresas, inclusive bancos, continuaram trabalhando.

Segundo o ponto de vista Australiano, não havia evidência que pudesse “*suggest that Solomon Islands can pull itself out of a fatal dive towards state failure*” (Wainwright et al, 2003, p. 3). Entretanto, Wainwright et al (2003) destacam a preocupação Australiana de que suas ações no Pacífico Sul não fossem vistas como neo-coloniais. Sobre o assunto, Wainwright et al (2003, p. 6) declaram que “*Until now, we (the Australian government) have adhered to the principle that fixing the Solomon Islands’ problems is their responsibility, not ours.*”, entretanto considerou-se que a crise havia atingido um ponto onde “*if we are to do more, we will need to become more deeply engaged on the ground ourselves.*”

O texto afirma que o paradigma que guiou as ações Australianas na região, desde a independência dos pequenos países vizinhos foi “*to avoid becoming too closely involved in their internal affairs*” (Wainwright et al, 2003, p. 8). Todavia, em 2003 a política externa Australiana mudou. O relatório afirma que seria importante intervir nas Ilhas Salomão porque a crise naquele país poderia iniciar crises similares na região.

While Solomon Islands is the most acutely troubled of our neighbours, most countries in the Southwest Pacific face major problems of political and economic viability, and some of them could go the way of Solomon Islands. What we decide to do about Solomon Islands will shape Australia’s overall approach to the problem of maintaining stability among the island states in our immediate neighbourhood. (Wainwright et al, 2003, p. 7)

Adicionalmente, o documento oficial define outras razões para a intervenção nas Ilhas Salomão.

State failure is now one of the key issues on the international security agenda. There is a lot of thinking about the security challenges that failed states present, particularly post-September 11, and how they can be addressed. (Wainwright et al, 2003, p. 34)

¹⁰ Nauru sobrevive hoje principalmente da renda restante do fosfato. O governo também obtém dividendos da Austrália que mantém no país um centro de detenção de pessoas em busca de asilo que não conseguem chegar ao território Australiano. Segundo o *web site* NauruWire.org existiam 54 detentos em Nauru em fevereiro de 2005, provenientes de países como: Afeganistão, Iraque, Irã, Bangladesh e Paquistão.

Portanto, não apenas preocupações humanitárias, mas principalmente políticas e de segurança nacional guiaram as recentes ações Australianas nesta questão. Aparentemente, no mundo pós onze de setembro, a Austrália desistiu de sua tradicional política externa para adotar outra, muito mais agressiva, a política de intervenções preventivas.

O documento oficial, no entanto, vai além e levanta dúvidas sobre a viabilidade das Ilhas Salomão existirem como um país soberano. A este respeito Wainwright et al (2003, p. 11) afirmam que *"Of course it is possible that Solomon Islands is simply not viable as an independent state. If this is the case, we have even bigger challenges, and we need to start thinking what we should do about them."*

O documento propõe a criação de uma agência multinacional *ad hoc* chamada *Solomon Islands Rehabilitation Authority* (SIRA). Segundo a proposta, o governo das Ilhas Salomão poderia continuar a existir, entretanto ele desempenharia um papel secundário, a SIRA seria responsável pela administração do país e o governo apenas poderia *"run everything that SIRA was not taking over."* (Wainwright et al (2003, p. 39).

Um dos aspectos intrigantes do relatório é que o envolvimento das Nações Unidas na questão é virtualmente ignorado. O relatório indica possíveis parceiros na intervenção, principalmente Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Fiji e Vanuatu. A França, uma potência colonial na região com os territórios de Nova Caledônia, Polinésia Francesa, Wallis e Ilhas Futuna, é também citada como possível colaboradora.

No dia 24 de julho a RAMSI, uma força liderada pela Austrália e com a participação da Nova Zelândia, Fiji, Papua Nova Guiné e Tonga foi enviada ao país. Esta força de intervenção, com a participação de militares e civis, foi endossada pelo Fórum do Pacífico.

O envolvimento Fórum do Pacífico, tomando um papel que caberia às Nações Unidas, foi necessário diante da inércia da ONU na questão. Entretanto o não envolvimento da ONU possui razões relacionadas a outros níveis da política internacional. As Ilhas Salomão viveram problemas diplomáticos recentes com outra potência do Pacífico, a China.

A China se opõe firmemente a qualquer concessão que endosse o reconhecimento diplomático a Taiwan, o que inclui admitir a Taiwan assento em qualquer fórum internacional. O reconhecimento da independência de Taiwan por parte das Ilhas Salomão opôs Honiara e Beijing.

As Ilhas Salomão são um dos 27 países que reconheceram a independência de Taiwan. Em agradecimento Taiwan normalmente faz significativas doações àqueles países. Não é surpreendente, portanto, que a maioria dos países que reconheceram a independência de Taiwan vivam problemas financeiros¹¹. Segundo a Solomon Islands Broadcasting Corporation (19/11/2004), o país recebeu aproximadamente US\$ 233 milhões em suporte financeiro de Taiwan de 2002 a 2004. Como resultado, a China manteve a questão da crise nas Ilhas Salomão fora da agenda do conselho de segurança das Nações Unidas¹².

No processo de planejamento da intervenção não apenas a indiferença da ONU é notável. A França ofereceu cooperação militar à Austrália, com o envio de tropas para integrar a RAMSI. Entretanto, o Primeiro Ministro Australiano, John Howard, recusou imediatamente a oferta alegando que *"Plainly, this is very much a Pacific Forum*

¹¹ Os países do Pacífico Sul que concederam reconhecimento diplomático a Taiwan são: Ilhas Salomão, Kiribati, Ilhas Marshall, Palau e Tuvalu. Vanuatu reconheceu recentemente a soberania de Taiwan, mas retirou rapidamente seu suporte a Taiwan após a pressão chinesa.

¹² Informação obtida por meio de entrevista confidencial.

thing" (The Age, 03/07/2003). Embora possua territórios na região, a França não é membro do Fórum das Ilhas do Pacífico¹³.

O relatório "Our Failing Neighbour" enumera os custos da recuperação do país, e estima quanto a Austrália teria que pagar e quais países poderiam contribuir. A França é um dos países citados como possíveis doadores de recursos. A recusa Australiana e aceitar tropas francesas leva à conclusão de que o apoio financeiro francês, e não militar, seria bem vindo. Em outras palavras, o governo Australiano não desejava a intervenção militar de outra potência na região.

É necessário dizer que o envolvimento militar francês certamente causaria mal-estar na região pois a França é a última potência colonial que ainda permanece na região. A longa dominação francesa em Nova Caledônia e Polinésia Francesa e os testes nucleares franceses no atol Mururoa não ajudaram as relações entre França e outros países do Pacífico Sul. Portanto, a perspectiva do envolvimento francês não seria bem considerada pelos países vizinhos.

É necessário dizer que, embora amistosas, as relações entre França e Austrália passaram por momentos amargos em anos recentes. Na metade dos anos noventa os testes nucleares franceses no atol Mururoa foram recebidos com hostilidade na Austrália, até mesmo o consulado francês em Perth, cidade na costa índica Australiana, foi incendiado em protesto. Mais recentemente a oposição de Paris à guerra no Iraque, na qual a Austrália se envolveu, causou tensões entre os dois governos.

Em uma entrevista o presidente francês, Jacques Chirac, aborda sutilmente a questão.

France sees Australia and New Zealand as partners and friends. We can do a great deal together to further the development of the South Pacific. The things which bring us together with Australia – with whom we had some differences of views over the management of the Iraq crisis – are far stronger than those which divide us.

Na mesma entrevista, ao tratar sobre a crise nas Ilhas Salomão, o senhor Chirac afirma que:

On the Solomon Islands, since this intervention is in response to a request from that country's legal government France supports it, even though she doesn't intend taking part in it under the present circumstances. The use of force is sometimes necessary as a last resort to allow a return to law and order" (Embassy of France in Australia, 25/07/2003)

Em discurso proferido durante o encontro França-Oceania, na Polinésia Francesa (ao qual a Austrália não compareceu), o senhor Chirac afirmou:

Sometimes an international military presence is necessary in order to restore civil peace and consolidate institutions. Regional organizations often play a vital role. With this in mind, France welcomes the decisions of the Pacific Islands Forum governments to assist the government of the Solomon Islands. But it would be a mistake to think of regional action as an alternative to that of the United Nations. (Chirac, 28/07/2003).

¹³ Os Estados membros do Fórum das Ilhas do Pacífico são: Austrália, Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.

Desta forma o presidente francês expressa o opinião de que, embora necessária, a intervenção deveria ser liderada pela ONU e não pelo Fórum do Pacífico.

Contrariamente à posição francesa, a Commonwealth¹⁴ saudou a RAMSI. Em uma declaração oficial o Secretário da Commonwealth enfatizou que o organismo sempre apoiou o país “*providing ongoing assistance to the Solomon Islands Government, including technical assistance in relation to the constitutional review process and the judiciary*” (Commonwealth Secretariat, 02/07/2003). Adicionalmente ele argumentou que a RAMSI não somente foi endossada regionalmente, mas também foi uma resposta aos pedidos das autoridades locais.

AS ILHAS SALOMÃO PÓS-INTERVENÇÃO: PARA ONDE IR?

Não há dúvida de que a intervenção internacional trouxe estabilidade ao país. A presença estrangeira também trouxe uma série de resultados sociais e econômicos. Em uma declaração recente, Alexander Downer (20 July 2004), o ministro Australiano para assuntos externos, afirmou que o Banco Central das Ilhas Salomão calculou recentemente que a economia local cresceu 5,8% em termos reais em 2003. Este é um número significativo se comparado aos quatro anos anteriores quando, segundo Downer, a economia do país encolheu dramaticamente.

Entretanto, a Austrália e a Nova Zelândia fizeram significativas doações para a reconstrução da economia do país. Wainwright et al (2003) estimaram que a Austrália pagaria entre 40 e 45 milhões de dólares Australianos ao ano para re-estabilizar as Ilhas Salomão. Este valor corresponde à metade do curso total da operação e seria alocado durante um período de dez anos. Segundo o *Department of Foreign Affairs and Trade* (Downer, 11 May 2004), a Austrália contruiu com 165,1 milhões de dólares Australianos durante o ano fiscal de 2004-2005¹⁵. A Nova Zelândia contribuiu com 14 milhões de dólares neo-zelandeses em 2003 (New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2004).

É importante destacar, por outro lado, que a economia das Ilhas Salomão esteve praticamente paralisada durante a crise. Consequentemente, qualquer investimento feito no país representaria um significativo desenvolvimento. Não é surpresa, portanto, que a economia do país esteja não apenas se recuperando mas também mostrando sinais otimistas de crescimento. Entretanto a recuperação total é um projeto de longo prazo que envolve uma política econômica e social que atenda a todos os grupos e províncias do país.

Em um recente trabalho de campo em Honiara os efeitos de um ano de intervenção puderam ser verificados. A melhoria da segurança pública foi o mais óbvio resultado da intervenção. A força policial melhorou a segurança urbana e eventualmente deteve autoridades locais acusadas de improbidade administrativa. Adicionalmente, pequenos negócios voltaram a operar depois da intervenção, entretanto muitos grandes empreendimentos ainda estão por retornar e a infra-estrutura básica do país ainda aguarda melhorias.

¹⁴ A Commonwealth é um grupo de 53 países composto por antigas colônias britânicas e protetorados. Seus objetivos são atingir as metas de desenvolvimento do milênio, promover a democracia, o comércio e administrar o débito de seus Estados membros.

¹⁵ Quantia a ser dividida entre: 66,7 milhões para AusAID; 4,5 milhões para o *Department of Foreign Affairs and Trade* (DFAT); e 93,9 para a Polícia Federal Australiana.

Algumas fotografias são apresentadas a seguir com o objetivo de ilustrar a vida cotidiana em Honiara e arredores.

Foto 1 - Um dia normal de atividades no Mercado de Honiara



Foto 2 - Passagem de pedestre, cruzando a rua principal de Honiara, construída com fundos provenientes de uma agência internacional



Foto 3 - Ferragens de uma antigo avião da Segunda Guerra Mundial



Foto 4. O monumento que celebra o desarmamento das Ilhas Salomão pelas forças de intervenção



Riqueza, todavia, não pode ser considerada garantia de estabilidade. O Estado Polinésio de Nauru, já citado anteriormente, é um bom exemplo de riqueza mal administrada. A pequena ilha, a menor república independente do mundo, tinha em suas imensas reservas de fosfato a fonte de décadas de prosperidade. A exploração do recurso natural foi a causa da alta renda *per capita* do país. Entretanto, desde o final dos anos oitenta a produção de fosfato decresceu continuamente. E atualmente a exploração de fosfato em Nauru é tão cara que o preço final do produto não é mais competitivo. Desta forma, a economia do país foi duramente afetada. A falta de outras fontes de renda e a depreciação dos dividendos restantes, principalmente por má administração, levaram ao caos social e econômico, causando a deterioração dos serviços públicos e da infra-estrutura do país.

À primeira vista pode parecer que os problemas de ambos os países são opostos, em Nauru o excesso de riqueza e nas Ilhas Salomão a falta. No entanto, considera-se que a origem dos problemas em ambos os países não seja financeira. Os problemas no Pacífico Sul são muito mais complexos e envolvem aspectos culturais que estão historicamente enraizados na sociedade.

Acredita-se que o caminho para a estabilidade nas Ilhas Salomão tenha que ser traçado considerando o balanço étnico em instituições públicas, policiais e no sistema judiciário. Adicionalmente, as vilas devem ser consideradas com maior atenção, pois até o momento a força de intervenção concentrou seus esforços em Honiara e arredores.

Contudo, embora a comunidade e os organismos internacionais tenham ignorado o assunto, o suporte das Nações Unidas em questões similares não pode ser desprezado.

CONCLUSÃO

A sociedade das Ilhas Salomão constitui um mosaico que une diversos grupos étnicos, culturas e línguas. Este artigo buscou retratar a situação do país em uma escala regional. Localizado em uma região estratégica no Pacífico sudoeste, o país viveu recentemente uma crise social e política. Por anos a Austrália, uma das potências regionais, adotou uma política de não-interferência direta nos assuntos internos do país.

Contudo, em 2003 esta política mudou e a Austrália, com a aprovação do Fórum do Pacífico e a solicitação do governo das Ilhas Salomão, liderou uma força de intervenção que visava restaurar a estabilidade e o crescimento econômico do país. O documento que delinea esta nova política, "*Our Failing Neighbour*" é bastante ambivalente a respeito da natureza desta intervenção. Por um lado ele afirma que o propósito do plano seria o de colocar o país "de volta aos trilhos", por outro lado ele coloca o governo constituído do país em segundo plano durante a intervenção e conclui que ao final a existência das Ilhas Salomão como país soberano talvez não fosse viável.

Existem entretanto outros interesses na região. A França possui territórios na área e ofereceu tropas à força de intervenção. A Austrália recusou a oferta. No mesmo período o presidente francês Jacques Chirac cancelou uma visita oficial à Austrália, alegando outros compromissos.

A França organizou na Polinésia Francesa uma reunião chamada Encontro França-Oceania poucas semanas depois. A Austrália não compareceu a esta reunião alegando que sua presença não era necessária. Durante a conferência o Sr. Chirac alegou

que a intervenção nas Ilhas Salomão, embora necessária, deveria ser conduzida pelas Nações Unidas (numa crítica sutil à iniciativa do Fórum do Pacífico, liderada pela Austrália).

Desta forma, aparentemente a crise das Ilhas Salomão estava no centro de uma sutil disputa de poder na região que envolve não apenas França e Austrália, mas também a soberania Chinesa sobre Taiwan, razão pela qual a China manteve o assunto fora da agenda das Nações Unidas.

O principal resultado da intervenção liderada pela Austrália foi segurança, entretanto em Honiara e arredores existe uma sensação de insegurança a respeito do futuro do país depois da intervenção, pois esta concentrou esforços na capital, e não em todo o país.

A solução dos problemas políticos do país passa, necessariamente, pelo balanço étnico e regional em todos os níveis dos três poderes. Neste país onde nem a geografia, pois trata-se de um arquipélago, e nem a cultura, pois as pessoas estão tradicionalmente vinculadas a tribos locais e clãs (aos quais elas devem lealdade), contribuem para a união; se este equilíbrio não for alcançado nunca haverá coesão nacional.

REFERÊNCIAS

AMNESTY INTERNATIONAL USA. **Solomon Islands: A forgotten conflict**. 2004, Disponível em: <<http://www.amnestyusa.org/refugee/document.do?id=191DFAABCF577CFB8025694B00721F4B>>. Acesso: 18/10/2004.

CENTRAL BANK OF SOLOMON ISLANDS. **CBSI Annual Report 2003**. Honiara: Central Bank of Solomon Islands, 2003. 98 p.

CHIRAC, Jacques. **Speeches and Statements**. 28/07/2003, Embassy of France in Australia. Disponível em: <<http://www.ambafrance-au.org/media/pages/s2003/s5403.en.htm>>. Acesso: 05/10/2004.

CIA. **The World FactBook**. 19/10/2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/bp.html>>. Acesso: 01/11/2004.

COMMONWEALTH OF AUSTRALIA, DEPARTMENT OF DEFENCE. **Australia's National Security: a defence update 2003**. Canberra: Department of Defence, 2003. 28 p.

COMMONWEALTH OF AUSTRALIA, DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE (DFAT). **Solomon Islands: rebuilding an island economy**. Canberra: DFAT Economic Analytical Unit, 2004. 139 p.

COMMONWEALTH SECRETARIAT. **Commonwealth Secretary-General welcomes regional initiative on Solomon Islands**. 02/07/2003. Disponível em: <<http://www.thecommonwealth.org/Templates/Internal.asp?NodeID=35069>>. Acesso: 08/12/2004.

DOWNER, Alexander. **Regional Assistance Mission to Solomon Islands**. 11/05/2004. Disponível em: <http://www.foreignminister.gov.au/releases/2004/fa064_04.html>. Acesso: 18/10/2004.

DOWNER, Alexander. **Solomon Islands: Rebuilding an Island Economy**. 20/07/2004. Disponível em: <http://www.foreignminister.gov.au/speeches/2004/040720_solomon.html>. Acesso: 18/10/2004.

EMBASSY OF FRANCE IN AUSTRALIA. **Speeches and Statements**. 25/07/2003. Disponível em: <<http://www.ambafrance-au.org/media/pages/s2003/s5303.en.htm>>. Acesso: 05/10/2004.

HARVEY, Claire. This Side of Paradise. **The Weekend Australian**, 04/01/2003, p. 17.

HOWARD, John. **Ministerial statement to Parliament on the Regional Assistance Mission to the Solomon Islands (RAMSI)**. 12/08/2003. Disponível em: <<http://www.pm.gov.au/news/speeches/speech422.html>>. Acesso: 08/12/2004.

LILOQUILA, Ruth. "Ethnic Tension": Causes and Impact. In: Liloquila, Ruth; Pollard, Alice Aruhe'eta (Eds.). **Understanding Conflict in Solomon Islands: a practical means to peacemaking. State Society and Governance in Melanesia**. Discussion Paper 00/7. Canberra: The Australian National University, 2000.

NAURUWIRE.ORG. **Nauru Asylum Seekers Home Page**. 2005. Disponível em: <<http://www.nauruwire.org/nauru.htm>>. Acesso: 15/03/2005.

NEW ZEALAND MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE. **Organisational Policy and Performance Unit - Statement of Intent**. 2004. Disponível em: <<http://www.mfat.govt.nz/about/oppu/soi/interoutcome1.html>>. Acesso: 18/10/2004.

ROTBURG, Robert I. The New Nature of Nation-State Failure. **The Washington Quarterly**, Summer, pp. 85-96, 2002.

ROTBURG, Robert I. Failed States, Collapsed States, Weak States: causes and indicators. In: ROTBURG, Robert I. (Ed.) **State Failure and State Weakness in a Time of Terror**. Cambridge: World Peace Foundation, 2003. Capítulo 1, pp. 1-25.

SOLOMON ISLANDS BROADCASTING CORPORATION. **Prime Minister Clarifies position on ROC Funding**. 19/11/2004. Disponível em: <<http://www.sibonline.com.sb/Story.asp?IDThread=149&IDNews=10493>>. Acesso: 22/11/2004.

SOLOMON ISLANDS CENSUS OFFICE. **Solomon Islands 1999 Population and Housing Census: main results**. Honiara: Solomon Islands Census Office, 1999. 6p.

THE AGE. **French assistance? Non, merci**. 03/07/2003. Disponível em: <<http://www.theage.com.au/articles/2003/07/02/1056825455525.html>>. Acesso: 23/09/2004.

TUHANUKU, Jose. Solomon Islands – on the cross-road and in need of the wisdom of King Solomon. In: PACIFIC UPDATES ON SOLOMON ISLANDS, FIJI AND VANUATU, Canberra, Junho 2000, **Update Papers**. Canberra: Australian National University, pp. 1-5.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. **Solomon Islands**. 2004. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2799.htm>>. Acesso: 23/09/2004.

UNITED NATIONS. **Country at a glance**. 2004. Disponível em: <<http://www.cyberschoolbus.un.org/infonation/index.asp?id=90>>. Acesso: 29/02/2004.

UNITED NATIONS POPULATION DIVISION. **World Population Prospects: the 2002 revision population database**. 2002. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp>>. Acesso: 29/09/2004.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Demographic and Social Statistics**. 2005. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/indwmt/table3b.htm>>. Acesso: 17/02/2005.

WAINWRIGHT, Elsin et al. **Our Failing Neighbour: Australia and the future of Solomon Islands**. Canberra: Australian Strategic Policy Institute (ASPI), 2003. 68 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Focus: Malaria, other vectorborne and parasitic diseases**. 2003. Disponível em: <http://www.wpro.who.int/themes_focuses/theme1/focus2/t1f2solomon.asp>. Acesso: 01/11/2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Country Profile**. 2004. Disponível em: <http://www.wpro.who.int/themes_focuses/theme2/focus3/country_profile/solomon_islands.htm>. Acesso: 01/11/2004.

Recebido em maio de 2005

Revisado em junho de 2005

Aceito em setembro de 2005